

Ações educacionais e movimentos populares em Ituiutaba, Minas Gerais (1960-1980)

Armindo Quillici Neto¹, Betânia Oliveira Laterza Ribeiro², Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos³

Resumo

Nos anos de 1950 e 1960, a educação ocupava o quarto lugar nas prioridades orçamentárias do governo brasileiro. Além disso, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 4.024/61) favoreceu a iniciativa privada na oferta de escolarização, o que excluía as camadas menos favorecidas da oferta de educação escolar. Nesse cenário, os movimentos sociais surgidos a partir da década de 60, aliados a outras organizações, viram-se obrigados a articular ações educacionais, como os esforços de alfabetização envidados por Paulo Freire. Este estudo enfoca essa questão ao problematizar a ação dos movimentos populares associadamente com a Comunidade Eclesial de Base (CEB) no município de Ituiutaba, Minas Gerais, em prol da difusão do conhecimento no período 1960-1980. A fim de verificar os resultados dessa ação, este estudo recorreu a relatos orais e textos impressos como fontes históricas. Os dados apontam uma atuação expressiva da CEB na educação informal de membros dos movimentos sociais. A ação desses grupos sociais, que não temeram punições da Igreja nem de governantes alinhados ao regime militar, suscitou a consciência crítica das pessoas quanto à divisão da renda, à luta de classes, à visão de que o sujeito constrói sua história e à luta contra ideologias que pregam o individualismo.

Palavras-chave

Educação Informal. Comunidade Eclesial de Base. Consciência Crítica. Difusão do Conhecimento.

1. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, professor da Universidade Federal de Uberlândia/Faculdades Integradas do Pontal, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação. E-mail: armindo@pontal.ufu.br.

2. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo com estágio pós-doutoral, professora da Universidade Federal de Uberlândia/Faculdades Integradas do Pontal, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação. E-mail: betanialaterza@netsite.com.br.

3. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia/Faculdades Integradas do Pontal, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação, professora do Centro de Atendimento Integral Aureliano Joaquim da Silva e supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. E-mail: dulcineiagabriela@hotmail.com.

Educational actions and social movements in Ituiutaba, state of Minas Gerais, Brazil (1960-1980)

Armando Quillici Neto*, Betânia Oliveira Laterza Ribeiro**, Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos***

Abstract

In the 1950s and 1960s, education occupied the fourth turn on Brazilian government's budgetary priorities. Besides, the Brazilian Education Bases and Guidelines Law (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (n. 4.024/61) favored education offered by private schooling, which excluded poor communities from being formally educated. In this scenario, social movements arising in the 60s, with other organizations, were forced to articulate educational actions, such as the Paulo Freire's literacy method. This study examines this issue by questioning the action of popular movements in association with the Basic Ecclesial Community (BEC) in Ituiutaba, state of Minas Gerais, Brazil, for the spread of knowledge in the period 1960–80. Aiming to verify results of this action, this study relied on oral account and printed texts as historical sources. Data indicate a significant role of BEC in providing social movements members with informal education. The action of these social groups, which did not fear punishments from church nor from government aligned with military regime, has raised critical awareness of people as for income division, class struggle, the view that one constructs its own story and the fight against ideologies that preach individualism.

Keywords

Informal Education. Basic Ecclesial Community. Critical Awareness. Knowledge Dissemination.

* PhD in Education, State University of Campinas, state of São Paulo, Brazil; professor, Federal University of Uberlândia, state of Minas Gerais, Brazil; member of the Center for Studies and Researches on History and Historiography of Education and Researches on Education Foundation. E-mail: armando@pontal.ufu.br.

** PhD in Education, State University of Campinas, state of São Paulo, Brazil; professor, Federal University of Uberlândia, state of Minas Gerais, Brazil; member of the Center for Studies and Researches on History and Historiography of Education and Researches on Education Foundation. E-mail: betanialaterza@netsite.com.br.

*** Graduated in Pedagogy; Federal University of Uberlândia, state of Minas Gerais, Brazil; member of the Center for Studies and Researches on Education Foundation; professor, Aureliano Joaquim da Silva Treatment Center; supervisor of the Institutional Scholarship Program of Teacher Initiation. E-mail: dulcineiagabriela@hotmail.com.

Introdução

Parece haver consenso entre historiadores brasileiros que o período compreendido entre os anos 1945 e 1964 foi marcado, dentre outros fenômenos, por uma crise intensa na esfera política que atingiu seu ápice com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Se esse fato fora um dos mais emblemáticos da crise, a candidatura e a eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República ilustraram bem a vontade de superá-la, fazendo “o Brasil progredir 50 anos em 5”.

Com a morte de Vargas, o regime totalitarista se dissipou, e um clima de liberdade se instaurou no país, dando condições para a ação política sem que os contrários à situação fossem punidos com a prisão. O Brasil se viu em uma atmosfera de otimismo: a economia atingia um estágio avançado de desenvolvimento, com a consolidação do processo de industrialização e a movimentação de capital estrangeiro. Com a superposição da produção fabril à extração agrária como base da economia, a indústria se impôs como força que faria o país progredir materialmente, pois sinalizava a possibilidade de gerar mais emprego.

Entre a crise política e o desenvolvimento econômico, outros fenômenos se evidenciaram, a exemplo do surgimento de classes sociais — o operariado e os industriais — e da migração da população rural para as cidades, estimulada pela promessa de trabalho mais remunerativo e condições de vida menos insalubres. Por um lado, se a indústria prometia mais emprego, também exigia mão de obra qualificada (isto é, alfabetizada, para ler instruções de conduta

laboral e operação de equipamentos, por exemplo); por outro, se a população migrante se agarrava a tal promessa, não tinha a qualificação requerida, sobretudo porque a escolarização rural era incipiente, como no município de Ituiutaba (MG).⁴ Nesse caso, talvez o problema da desqualificação afetasse, também, a população urbana ávida pelo emprego fabril, pois a oferta de educação pública na cidade de Ituiutaba, até 1960, se resumia às vagas abertas por onze escolas públicas para uma população com mais de 59 mil habitantes, dos quais 40% eram analfabetos.

As razões para a ausência de escolarização no campo e na cidade, naquele momento, são variadas, mas é provável que se vinculem à incipiência do processo de escolarização nacional, cujo financiamento era precário: a destinação de recursos da União colocava o Ministério da Guerra em primeiro lugar e a educação em quarto. Entre 1955 e 1965, os recursos para a educação aumentaram de 5,7% para 9,6% (RIBEIRO, 1979). Afora esse fato, a partir de 1961, a organização da educação passou a se guiar pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 4.024), que favoreceu a iniciativa privada e os interesses da Igreja Católica.⁵ A proposta aprovada no Congresso previa o Movimento de Educação Popular (MEP), que eclodiu na década de 1960 e, também, vinculava-se a interesses de grupos ligados à Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, posteriormente, estabeleceram relações importantes com o Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade

4. Vide o texto “Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba - anos 1940” (RIBEIRO; SILVA; QUILLICI NETO, 2012).

5. Cabe salientar que já era exigido do Estado democrático que provesse o ensino público obrigatório e gratuito em todas as suas modalidades. Essa exigência ficou patente na retomada, em 1959, do “Manifesto dos pioneiros da educação”, documento elaborado em 1932 por um grupo de educadores e retomado em prol da educação pública. O momento era oportuno, pois a modernização do país já se materializava na industrialização. Nesse prisma, segundo Sanfelice (2007), as correções no manifesto foram feitas tendo em vista, sobretudo, as questões sociais e estruturais da educação, e não as pedagógicas, como no manifesto anterior.

de Ituiutaba: esses vínculos influenciaram a formação de sujeitos em suas comunidades e outros movimentos sociais que defendiam o conhecimento como instrumento de libertação.

Este texto problematiza essas relações, situando o debate no campo da história da educação, com um recorte temporal que abrange o período entre 1960 e 1980 e com base em fontes que incluem relatos orais⁶ de militantes⁷ e textos impressos (jornais, livros e documentos). Foram entrevistadas quatro pessoas da comunidade, seguindo um roteiro semiestruturado que permitiu aos participantes aqui considerados rememorem os eventos de que foram atores e nos permitiu estabelecer um grau maior de interação com eles. As fontes impressas incluem livros e documentos editados pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelas comunidades, que dão pistas dos caminhos que a Igreja percorreu para difundir sua presença e ação no período aqui estudado, quando os movimentos populares mostraram sua força no processo de redemocratização do país. A leitura dos documentos se embasou em autores centrais para uma compreensão mais abrangente da história educacional brasileira, dos movimentos de educação popular, dos movimentos sociais em geral e da presença e ação da Igreja Católica nessas instâncias.

6. Os relatos orais de partícipes dos eventos históricos têm sido fonte valiosa para os estudos históricos como forma de aceder e propagar o saber humano. Como fenômeno pré-escrito, a oralidade é tão antiga quanto a história, pois antes de ser história escrita foi história oral. Mais que isso, dá voz e vez a atores na compreensão do passado unicamente por documentos escritos e oficiais (LOURO, 1990).

7. Foram entrevistados quatro participantes da CEBs. Todos são casados e residem na periferia de Ituiutaba. Dois têm cerca de 70 anos de idade e, à época dos acontecimentos aqui retomados, eram trabalhadores braçais que se aposentaram com salário mínimo. Um entrevistado tem mais ou menos 60 anos, formação em nível superior e, à época, exercia o sacerdócio, atuando em bairros periféricos. Um quarto entrevistado aparenta ter 55 anos, é solteiro, tem nível superior e foi candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores.

8. Tal difusão se exemplifica pelo fornecimento de bolsas de estudo a professores que fizeram cursos em universidades dos Estados Unidos. No Brasil, de 1959 a 1964, houve cursos supervisionados por técnicos daquele país para 864 bolsistas oriundos das unidades da Federação, que, à época, abrangia 21 estados, o Distrito Federal e três territórios. Acordos de financiamento da educação brasileira foram feitos com a intermediação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional etc. (SAVIANI, 2008).

9. Composta por universitários, a UNE foi criada em 11 de agosto de 1937, a fim de discutir temas sociais e políticos.

10. O CPC propunha-se a ser o órgão cultural das massas, preconizando que o artista devia abandonar seu mundo, seus valores e seus padrões e adotar os que não eram seus e que era preciso educar-se para ser portador dos interesses reais de uma comunidade (GOHN, 2001).

Do poder de voto ao veto do poder: ditadura, movimentos sociais e Igreja Católica

Até 1964, os brasileiros tinham a impressão de que participavam da vida política, sobretudo porque podiam votar, isto é, escolhiam seus governantes. Surgem, então, muitos movimentos organizados pelo povo - em prol da educação e da cultura popular, dentre outros pontos - que enfatizaram o conhecimento como instrumento de emancipação política. Subjacente a essa ênfase, estava o entendimento de que a dominação ocorria nos campos não só econômico e político, mas também cultural, pois o imperialismo e o colonialismo dos Estados Unidos difundiram certo modo de ser e pensar em meio ao povo brasileiro⁸. Por isso,

O objetivo mais amplo [de tais movimentos] era o de que a população adulta tomasse parte ativa na vida política do país. Para tanto, novos métodos de alfabetização precisavam ser criados. (RIBEIRO, 1979, p. 154).

Embora iniciativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁹, o Centro Popular de Cultura (CPC)¹⁰, o Movimento de Cultura Popular (MCP)¹¹ e o Movimento de Educação de Base

(MEB)¹² divergissem, uniam-se nesse objetivo principal e foram fundamentais para desenvolver e projetar politicamente a cultura popular.

Após 1964, o golpe militar pôs fim ao direito do povo de votar e instaurou um clima de insegurança e temor na população mediante práticas políticas autoritárias. A ala conservadora da Igreja Católica apoiou a implantação da ditadura, o que era conveniente para os militares e para a Igreja. Como afirma Cury (1978), a religião acalma, traz a submissão, faz equilibrar e justifica a desigualdade social, em outros termos, a miséria acontece porque Deus quer que seja assim. Com efeito, no dizer de Cunha e Góes (2002, p. 54), os argumentadores do novo regime de governo buscaram “‘explicações’ fora do campo econômico para justificar a exploração das massas”; procuraram “na maldição divina ou no pecado a explicação da miséria”, assim como os religiosos.

Em 1968, entrou em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decreto que introduziu regras de regime de exceção e deu força legal à onda repressiva mais forte da história do Brasil, traduzida na cassação dos direitos políticos e na prisão de muitos (GOHN, 2001): “80 brasileiros foram banidos”; quase “400 pessoas foram mortas ou se encontram desaparecidas”; e “Uma

dezena de milhar de brasileiros” deixou o país por causa de ameaças e perseguições político-ideológicas (CUNHA; GÓES, 2002, p. 36). Nesse contexto político, militantes das lutas sociais

iniciaram várias frentes de articulações, fundaram organizações, lideraram movimentos, apoiaram-se em estruturas tradicionais que estavam se renovando em parte, como a Igreja Católica. (GOHN, 2001, p. 202).

Uma parte significativa da Igreja se mostrou contrária à situação de opressão. Daí ter sido preocupação do Estado ditador conter movimentos populares, que recebiam “apoio da chamada ala progressista¹³ da Igreja, liderada por Dom Helder Câmara” (CARVALHO, 2010, p. 18). Muitas vezes, esses movimentos não tinham vínculo direto com a Igreja, independiam dela para se organizarem e atuarem e prescindiam de partido político, embora requeressem uma bandeira de luta para expressar a insatisfação e o protesto. Dentre tais movimentos, estava a Ação Popular (AP). Resultante da iniciativa de políticos, de sindicalistas, de estudantes secundaristas e universitários e do movimento de cristãos progressistas ligados à Ação Católica¹⁴, a AP se inspirou nas ideias humanistas de filósofos como Jacques Maritain¹⁵, Teilhard de

11. O MCP teve papel importante como dinamizador da área cultural, influenciando outros movimentos sociais e programas de educação popular (GOHN, 2001).

12. O MEB foi criado em 21 de março de 1961, quando o governo Jânio Quadros institucionalizou os entendimentos com a Igreja Católica via Decreto n.º 50.370 (CUNHA; GÓES, 2002).

13. Formada por cardeais, bispos, padres, ordens e congregações e inspirada na Teologia da Libertação, essa ala se engaja em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade e estava presente em todos os níveis da Igreja no Brasil, diferentemente de outros países latinos americanos (LEVY, 2009).

14. O termo Ação Católica designa um conceito e uma organização do laicato, cujo sentido varia conforme a época e o lugar. Por um lado, o termo se refere a qualquer ação de um leigo católico externo à Igreja, por outro, refere-se a ações de grupos laicos sob os auspícios de uma ordenação católica local – nesse caso, haveria uma organização estruturada e hierarquizada no laicato, e a ordenação seria uma parte central da ação. Em 1957, o papa Pio XII propôs restaurar o sentido genérico do termo e aplicá-lo simplesmente aos movimentos organizados do apostolado laico reconhecidos pela Igreja Católica, seja por bispos em âmbito nacional ou pela Santa Sé em nível internacional. Esse conceito mudou após a morte desse papa, e João XXIII mostrou pouco interesse pela rigidez conceitual exibida por seus predecessores. Assim, hoje o termo aceita sentido de atividades de grupos católicos laicos, organizados ou não, sob os auspícios do episcopado ou simplesmente de inspiração cristã. Há quem associe a Ação Católica a uma mudança institucional – como o cardeal Saliège, arcebispo de Toulouse, França, preocupado com as condições de vida que muitos veem como indignas de um ser humano; e sua tarefa seria aliviar a pressão social para favorecer a difusão da vida cristã e criar uma atmosfera em que os homens

Chardin¹⁶, Mounier¹⁷ e do padre Lebreton. Em seu “Documento Base” (1963), ela defendeu a luta por uma sociedade justa e condenou o capitalismo (GOHN, 2001). Nas palavras de Saviani (2008, p. 339), a AP exprime a vontade de uma geração que manifestou

na ação revolucionária as opções fundamentais

que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como consequência da análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que vivemos.

Seus objetivos incluíam alfabetizar e conscientizar politicamente as camadas populares, pois a nação se abria de vez à consolidação do capitalismo. Assim, ela agiu ao lado de grupos

que pudessem desenvolver suas qualidades mais humanas e viver com dignidade para a massa, e não só para alguns indivíduos (GEANEY, 2003).

15. Jacques Maritain (1882–1973) foi o primeiro discípulo do filósofo francês Henri Bergson. Tornou-se católico em 1906 e, a partir de 1914, passou a lecionar no Institut Catholique de Paris e em várias universidades como professor visitante. Também foi embaixador francês para o Vaticano. Era representante do tomismo (doutrina/filosofia escolástica de São Tomás de Aquino), cuja tese capital ele explicou e defendeu. Maritain propôs uma metafísica cristã que reafirmava a primazia da ontologia sobre a epistemologia para evitar erros e desvios que, para ele, levaram ao idealismo moderno (superioridade das ideias, da razão, da consciência); a metafísica que considerava como fundada na verdade seria um realismo crítico e uma filosofia da inteligência e do ser, sobretudo do existir como ato e perfeição de todas as perfeições. Para Maritain, o racionalismo moderno idealista é, sobretudo, um antropocentrismo em que se notam não só tendências estritamente racionalistas, mas também e, em especial, o irracionalismo romântico, cuja ligação com o panteísmo mostra o círculo em que se move toda afirmação de superioridade autônoma da consciência. Maritain reitera a pensamento de que, sem negar a prevalência e independência do homem sobre as coisas, este não é o fundamento último destas; mais que um indivíduo alheio a tudo, mais que servo de uma transcendência terrena, o homem se vincula a Deus, logo — segundo Maritain — só pela via do personalismo cristão (doutrina contrária ao panteísmo) pode-se superar o idealismo moderno e ampliar o campo do saber, cuja unidade integraria a ciência, a filosofia e a sabedoria tal qual a concebe Santo Agostinho: o saber seria qualquer coisa que não um problema puramente técnico e está no centro de uma reforma do homem. Maritain levou a renovação católica e as teses da filosofia do espírito pessoal às controvérsias sociais e políticas do presente; com base na crítica de Rousseau, dirigiu-se a uma renovação do pensamento democrático contra os desvios do liberalismo moderno e, sobretudo, as concepções totalitárias (MORA, 1964a).

16. Membro da Companhia de Jesus, Pierre Teilhard de Chardin (1881–1955) se dedicou à geologia e paleontologia. Seu interesse por essas áreas indicam, do ponto de vista filosófico, seu esforço para formular uma síntese — cujo eixo é a redenção — que abarcasse a evolução do universo e do homem, do natural e do sobrenatural. Ele insistiu no caráter científico de sua síntese, em que o universo se desenvolve organicamente até formar as condições necessárias para que surja a vida; tal desenvolvimento seria um processo de “humanização” e interiorização: o homem aparece quando o universo, em sua evolução, interioriza-se até dar lugar à reflexão. Assim, a Terra encontra sua alma com o homem, que representa, individual e coletivamente, a maior síntese do universo. Nessa ótica, o fenômeno humano culminaria no “fenômeno cristão”: ponto final da evolução e realização plena do homem. Para Chardin, a redenção cristã já existia, logo a evolução do homem em sua marcha a Deus estaria no “Deus-Providência”, que se fez “Deus-Revelação” e “Deus-redenção”. As ideias de Teilhard de Chardin suscitaram muitos debates: há católicos para os quais certas ideias expressadas em sua filosofia estão longe de ser ortodoxas; outros, porém, as veem como rejuvenescimento das crenças (MORA, 1964c).

17. Emmanuel Mounier (1905–50) foi um dos principais representantes do personalismo cristão na França, que ele difundiu e tomou como base para tratar de questões políticas, sociais e educacionais. Para Mounier, os cristãos devem enfrentar os grandes problemas de cada época sem se refugiarem em posições conservadoras cômodas; segundo ele, o cristianismo é uma doutrina de renovação das almas, mas isso não exclui a possibilidade de ser um estímulo de renovação da sociedade. Daí o interesse de Mounier em posições como o marxismo, pois aspira a combater a coisificação do homem. Talvez por isso tenha mencionado com frequência duas condições do personalismo cristão: a eminente dignidade da pessoa e o motivo da transcendência — sem este, diz ele, o caráter pessoal se desvaneceria (MORA, 1964b).

como a Juventude Universitária Católica (JUC)¹⁸, a Juventude Operária Católica (JOC)¹⁹ e a Juventude Agrária Católica (JAC)²⁰, lançando programas de alfabetização de adultos.

Se essas iniciativas deixam entrever um esforço da Igreja Católica para atenuar o descaso do governo federal com a educação das camadas populares menos favorecidas economicamente, também sugerem a possibilidade de que a Igreja Católica buscava meios de restaurar seu poder de controle social via educação. Ora, ao decretar a laicidade do ensino, o Estado tirou da Igreja a responsabilidade pela educação, daí a jogada ideológica da liberdade do ensino, em que não só ela se enquadraria nesse critério, mas também o ensino privado. Isso porque, naquele momento, mais que oposição ao ensino laico, tratava-se de oposição ao monopólio do ensino Romanelli (2010). Se a educação passa a ser pública e gratuita – destinada a todos – a Igreja poderia perder de vez o controle sobre a

organização da sociedade.

No dizer de Saviani (2008, p. 292),

o conflito escola particular *versus* escola pública empolgou a opinião pública. Entraram em cena os mais variados tipos de organização que compõem a sociedade civil, a Igreja mobilizou todos os seus quadros na defesa da posição que correspondia aos interesses privatistas. A imprensa movimentou-se, posicionando-se alguns órgãos a favor da escola pública e outros do lado da escola privada.

Segundo Ribeiro (1979), essa dicotomia se evidenciava na luta de interesses: a Igreja Católica atacava a escola pública, dizendo que só a Igreja tinha condições de educar, e que a escola pública não proporcionaria o desenvolvimento da vida coletiva; os defensores da escola pública – educadores influenciados pela escola nova – contestavam tais dizeres, afirmando que essas acusações não eram a

18. Movimento que desenvolveu, nos anos entre 1950 e 1960, ações no meio estudantil universitário e secundarista, a fim de organizá-los para participar da vida política nacional à luz dos ensinamentos do Evangelho e do humanismo cristão de filósofos como Jacques Maritain. Vários estudantes da JUC desse período se tornaram líderes políticos nacionais (GOHN, 2001).

19. Idealizada pelo Padre Joseph Cardijn, a Juventude Operária Católica (JOC), surge na Bélgica, em 1925, sendo reconhecida oficialmente pela Santa Sé, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A JOC se espalha pelo mundo e, em 1932, chega ao Brasil. A partir de meados dos anos de 1950, porém, ela passa a considerar a sua ação como dotada também de uma dimensão política, admitindo, assim, a necessidade de uma intervenção mais efetiva nos meios sindicais e com outros movimentos sociais. De acordo com Muraro (1985), a JOC passa por três movimentos. O primeiro (1948-1958) é tido como uma fase de recrutamento e divulgação do movimento, em que os chamados “líderes jocistas” já apresentavam um alto grau de politização. No entanto, o movimento permanecia vinculado aos valores da igreja hierárquica e era marcadamente anticomunista. O segundo momento (1959-1964) apresenta com um caráter missionário, posto que o movimento transcende os limites da paróquia e invade bairros e fábricas. Nesse período, o movimento estava bastante preocupado em minimizar os problemas dos jovens trabalhadores que não chegou a ser um movimento reformista nem muito menos revolucionário. O terceiro momento marca a ruptura com o Estado e a desarticulação do movimento promovida pela falta de apoio da Igreja. Esta fase durou até 1970, quando, então, o movimento perde sua capilaridade social para outros movimentos católicos.

20. Segundo Souza (2006), a Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo, com a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). Com a Ação Católica Especializada e seus grupos JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica) percebemos o início de um novo modelo de pastoral com os jovens. Assim, JARC foi fundada nos anos de 1930 com a criação dos Movimentos da Ação Católica. Inicialmente denominada JAC (Juventude Agrária Católica), atingiu o auge de implantação e participação na década de 1960. Em 1985 passou a se chamar JARC e os seus novos estatutos foram aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa. Atualmente está representada no CNJ (Conselho Nacional de Juventude) e na CNAsti (Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil).

razão central do embate entre escola pública e Igreja Católica. Antes, havia os posicionamentos filosóficos e sociais. Para Romanelli (2010, p. 182),

Na verdade, o que estava acontecendo era a retomada de uma luta iniciada décadas antes. Os aspectos ideológicos em jogo eram os mesmos de antes. No fundo, era uma nova investida das lideranças conservadoras contra a ação do Estado, que se separara da Igreja, com a Proclamação da República, e vinha, desde então, assumindo um papel que antes cabia a esta, com prioridade: o da educação.

Também ficou claro que a Igreja, na época, optou por defender os pobres ao abraçar as causas dos movimentos populares. A situação de

pobreza extrema atraiu a atenção da Igreja, que convocou toda a assembleia para evangelizar numa perspectiva de libertação e promoção do ser humano. É provável que tal opção se vincule, sobretudo, ao surgimento da Teologia da Libertação²¹ e ao “processo de mudança de paradigmas no interior da Igreja Católica no Brasil” (CARVALHO, 2010, p. 15), cujo marco foi o Concílio Vaticano II²², que incentivou a formação das CEBs. Estas, segundo Boff (2004, p. 145), “representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação [representa] a teoria dessa prática”. Nesse prisma, sua ação ocorre, em especial, nas roças, em cooperativas, em farmácias comunitárias, nos mutirões para construção de casas e nas atividades do campo,

21. Num sentido mais essencial e amplo, o termo Teologia da Libertação designa um método que prioriza a consciência de uma sociologia do conhecimento porque discute a inter-relação da teoria com a prática, estimulando a teologia a se tornar mais autorreflexiva sobre a base sociopolítica dos símbolos religiosos e de sua práxis; logo, defende uma função prática e teórica para a teologia como disciplina. Num sentido mais prático, o termo designa movimentos teológicos que criticam a opressão: daí se poder falar em teologia dos negros, feminista e outras. Esse sentido se associa mais imediatamente com uma linha que se consolidou na América Latina com enfoque nas razões políticas, econômicas e ideológicas da desigualdade social. Surgida na década de 1960, essa teologia entende libertação como processo de mudança para formar uma sociedade mais justa e participativa, em que o fim da opressão contra os pobres seria uma dimensão da libertação total (do pecado e da morte) levada a efeito por Cristo. Com a ascensão de regimes ditatoriais em muitos países latino-americanos nessa década e na seguinte, a repressão afetou o trabalho pastoral, e as pessoas ligadas à Igreja se viram trabalhando em defesa de direitos humanos elementares. A teologia da libertação latino-americana seria uma interpretação da fé cristã saída da experiência do pobre (seu sofrimento, suas lutas e sua esperança) e uma crítica à injustiça social e às ideologias que a legitimam. Ela parte de uma análise da situação concreta - prática - para deslindar a discriminação, a alienação e a opressão; a discrepância entre ricos e pobres em dado país e entre países avançados e nações em desenvolvimento levou a teologia da libertação latino-americana a singularizar as relações de dependência entre países como causa da desigualdade social. Seu alvo primeiro não é a comunidade teológico-acadêmica nem os pobres, mas os agentes pastorais (padres, freiras e laicos) trabalhando com os pobres; não se preocupa com o imediato, mas com o sentido teológico da experiência cristã do pobre e de sua luta; seu propósito geral é oferecer base teológica – legitimidade católica – para o trabalho pastoral orientado a uma lógica libertadora. De natureza eclesial, a teologia latino-americana cresceu com o trabalho pastoral, cujo modelo mais comum está nas comunidades eclesiais de base, em especial no Brasil, cuja população católica nos anos 60 representava 40% dos católicos latino-americanos. Aqui foi cunhada a expressão “Igreja popular”, para marcar a presença da Igreja entre as massas como fenômeno eclesial alinhado à reação das camadas populares como agentes ativos na sociedade, sobretudo em movimentos em defesa de seus direitos (BERRYMAN; HOGAN, 2003).

22. Em 25 de janeiro de 1962, a menos de cem dias antes de se tornar papa, João XXIII disse, em discurso que delineou as diretrizes de seu papado, que pretendia fazer um concílio ecumênico para a Igreja universal. Esse evento seria sucedido de uma reforma do cânone que estabeleceu propósitos gerais para o concílio: ser oportunidade para renovação espiritual e revigoramento da Igreja para torná-la mais fiel à vontade de Cristo e uma nova orientação à atitude, aos hábitos e às instituições pastorais, para torná-los mais efetivas ante as mudanças do mundo. Bispos e outros membros da Igreja sugeriram temas nas áreas de doutrina, disciplina, atividade pastoral e problemas contemporâneos. Em relevância, as sugestões variaram do sublime ao trivial, refletindo

que vão suscitar uma sociedade alternativa. Sendo a teologia da libertação a parte teórica das CEB, isso sugere que uma não vive sem a outra, pois “toda práxis contém dentro de si sua teoria correspondente” (BOFF, 2004, p. 154). Seria a teoria (a teologia) iluminando a prática (as CEBs).

Na II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos produziram um documento que direcionaria a Igreja Católica progressista por um período de quase 13 anos. O documento mostra a atenção da Igreja ao homem da América Latina, que, então, vivia um momento decisivo de seu processo histórico, mais que isso, o documento denuncia a condição de injustiça a que estavam sujeitados os latino-americanos. No dizer de Libâneo (1982, p. 55), a conferência geral e o documento final sobre “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina” resultaram no

término de longo processo, que envolve as igrejas de nosso Continente. Na XVI Assembleia Ordinária da CAL em Porto Rico (30 nov. - 5 dez. 1976), o seu presidente, o Card. S. Baggio, anuncia o desejo de Paulo VI de convocar a III Conferência Geral do Episcopado latino-americano por ocasião do 10º aniversário de Medellín. E o CELAM se encarrega então de sua preparação. Foram dois anos de reuniões, de elaboração de textos preparatórios até culminar na grande reunião em Puebla de Los Angeles, México.

Conforme Libâneo (1982), com o passar do tempo, o texto do documento continuou a ser citado de acordo com a necessidade, sobretudo no setor eclesial ligado às CEBs e ao trabalho direcionado às classes populares. Em Puebla

muitas perspectivas teológicas e pastorais. O concílio aconteceu em quatro momentos: 11/out. – 11/dez. de 1962; 29/set. – 4/dez. de 1963; 14/set. – 21/nov. de 1964; enfim, 14/set. – 8/dez. de 1965. Dos vários assuntos tratados, cabe citar aqui a constituição pastoral da igreja e sua relação com problemas do Terceiro Mundo, pobreza e miséria, marxismo, humanismo cristão, igualdade de todos os humanos, solidariedade, produção econômica, condições dos trabalhadores, relações entre Igreja e política e ajuda a países em desenvolvimento. Nove decretos foram definidos, dos quais o que regula o apostolado laico: seus fundamentos dogmáticos e objetivos, a espiritualidade laica, a formação de apóstolos, as iniciativas laicas e clericais, a Ação Católica, a ação social e a cooperação com não católicos e não cristãos (TRISCO; KOMONCHAK, 2003).

– esclarece esse autor – não houve discussões sobre os temas citados em Medellín; optou-se pela redação do documento. Quando ele se refere à comunhão e participação, aponta a importância das CEBs:

um lugar privilegiado de ensaio: as comunidades eclesiais de base. Lá acontece já muito de comunhão e participação dentro do horizonte da opção preferencial pelos pobres, porque elas se constituem de camadas pobres das regiões rurais e das periferias urbanas e lá se vive a comunhão de fé, de vida, de compromisso com a libertação numa participação responsável no duplo nível de igreja e de sociedade. (LIBÂNEO, 1982, p. 69).

As CEBs se consolidam, então, como instrumentos de mobilização social e reiteração da tendência da Igreja a se preocupar com os pobres na América Latina. Assim, suas iniciativas constituem “essa experiência eclesial do nosso continente [...] estimulada, apoiada, e incentivada pelas orientações pastorais dos bispos” (LIBÂNEO, 1982, p. 70). Noutras palavras, foram

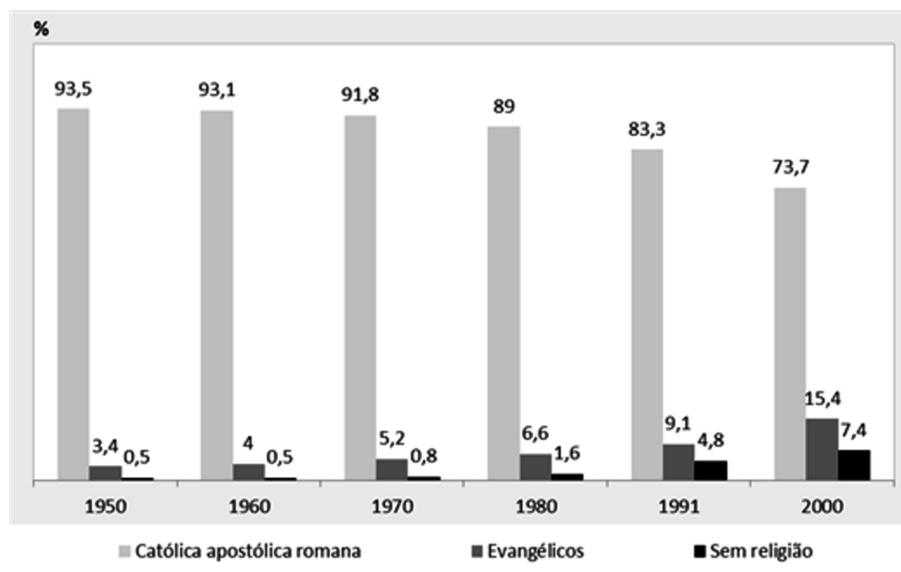
parte da nova política das pastorais da Igreja Católica no Brasil, com o Plano de Emergência e depois da Pastoral de Conjunto. Em 1968, o Congresso de Medellín, na Colômbia, sistematizou a versão latino-americana para a participação da igreja no meio popular. Em 1978, em Puebla, reafirmou-se a opção por uma igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na terra. O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais. A Teologia da Libertação, sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros, os irmãos Boff, passou a ser

a principal guia espiritual das CEBs. (GOHN, 2001, p. 110).

De início, a área de atuação da CEB abrangeu o meio rural, em especial o Nordeste (GOHN, 2001). Em sua consolidação, esclarece Boff (2010), foram formadas 70 mil redes de comunidades,

que reuniam quase quatro milhões de cristãos. Cada comunidade tinha de 15 a 20 famílias. Uma comparação da quantidade de católicos nos anos 1970 com a de adeptos da CEB mostra que os participantes da ala católica progressista eram ínfimos; o número de católicos chegava a 91,8 milhões de brasileiros (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição relativa da população residente por religião declarada (1950 - 2000).



Fonte: IBGE (2012).

CEBs, Partido dos Trabalhadores e educação em Ituiutaba

Em Minas Gerais, entre as décadas de 1950 e 1970, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), quase 90% da população (7.717.792; 11.487.415, respectivamente) se dizia católica; tendo em vista que nação e estado apresentavam índices similares, supomos – pois não encontramos dados oficiais – que a taxa de católicos no

município de Ituiutaba replicasse os percentuais nacional e estadual (sua população era de 53.240 em 50; 71.004, em 60; e 64.656, em 70)²³.

Na década de 1950, a maior parte da população residia no campo e contava com uma parcela relevante de migrantes que chegou ao município para trabalhar nas lavouras de arroz, a base do desenvolvimento econômico, que se refletiu na dimensão política e social. Foi nesse contexto de desenvolvimento econômico de base agrícola dos anos 1950 e 1960 que

23. Até 1953, o município incluía os atuais municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacú como distritos. À medida que esses se municipalizaram ao longo dos anos 1950 e 1960, a população ituiutabana decresceu.

o Cardeal Leme implantou a Ação Católica que tinha como objetivo maior difundir o Cristianismo por meio de uma estratégia visando a uma aproximação com o laicato para que esses se aproximassem mais das atividades paroquiais. (PACHECO, 2012, p. 74).

Essa iniciativa deu mais abertura à participação de leigos na propagação do cristianismo. É provável que essa abertura tenha dado ensejo para a formação da CEB em Ituiutaba nos anos 1970, a fim de conscientizar as pessoas de seus direitos. A comunidade era composta de pessoas humildes, moradores da periferia de Ituiutaba em sua maioria, quase toda analfabeta. Esse dado relativiza a afirmação de Pacheco (2012, p. 126) de que a cidade passaria a ser, também, “reconhecida como polo educacional regionalmente”. Ora, havia três escolas particulares de relevância – os colégios Santa Teresa e São José e o Instituto Marden –, marcadamente sexistas e classistas, segundo esse pesquisador,

já que atendia a um público cujas famílias podiam colocar e, sobretudo, manter seus filhos na escola sem a necessidade de trabalhar para o seu sustento. Por meio das fontes iconográficas, verifica-se que o Colégio São José era também uma escola para brancos, de certa forma interdita aos negros em função de suas condições sociais. (PACHECO, 2012, p. 164).

Se isso sugere uma elite de feição conservadora, racista e excludente, também deixa entrever a precariedade da educação pública, pois as camadas menos favorecidas da população contavam com três escolas públicas, o que expunha a ausência do Estado nessa esfera. Essa situação começou a mudar a partir da segunda metade dos anos 1950 (PACHECO, 2012), quando foram constituídos mais grupos escolares (ainda assim, a taxa de analfabetismo se manteve alta em relação à população do

município: 40% em 1970 e 25% em 1980).

Creemos não ser incorreto reconhecer nesse aumento do número de escolas, a influência das demandas populares entre 1975 e 1982, período tido como dos mais importantes na história do país no tocante aos movimentos populares e à luta por mudanças sociais. Houve uma efervescência de movimentos variados em prol da redemocratização que delinearão uma resistência e um enfrentamento ao regime militar. Se essa efervescência traduzia um otimismo que levava as pessoas a crer na possibilidade de retorno da democracia, também mostrava que era necessária a adesão, dos grupos sociais interessados, à crença na força da coletividade para ampliar a participação popular nos rumos que a sociedade tinha de tomar. Segundo Gohn (2001, p. 115),

O Movimento Democrático Brasileiro – MDB – e algumas alas do clero católico brasileiro foram bases fundamentais para a retomada da luta pela volta das condições democráticas no país.

De fato, como o Regime de Segurança Nacional, criado após o golpe de 1964, impediu o povo de se manifestar, restou o espaço religioso como lugar de manifestação popular e de apoio a iniciativas, como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Ituiutaba nos anos 1980.

Na visão dos entrevistados, o contexto histórico-político dessa cidade quando foi fundada a ala local do PT era o de outras cidades brasileiras; diga-se, marcado por um sistema político autoritário que, à força, anulava a ação de líderes políticos, sindicais e estudantis, dentre outros, e do qual era preciso tentar sair. Havia desencanto e falta de caminhos. Assegurada pela vigilância ostensiva da polícia, a repressão proibia até pensamentos contrários ao status quo. A opressão, que obrigava os trabalhadores a trabalhar e – calados – a obedecer ao patrão, estava presente em quase todos os lugares, em especial graças à

composição social da população ituiutabana em 1970, que incluía agricultores, produtores rurais, comerciantes, poucos profissionais liberais e alguns imigrantes; “a sociedade era frequentada por uma elite ruralista fechada e conservadora, que discriminava os que não pertenciam a ela” (PREFEITURA DE ITUIUTABA, 2001, p. 143).

O relato do entrevistado B (2011) mostra que

ala progressista da Igreja viu com bons olhos a iniciativa dos trabalhadores e emprestou salas da própria Igreja [de Nossa Senhora D’Abadia] para as primeiras²⁴.

O entrevistado C (2011) confirma isso ao dizer que o partido

encontrou espaço físico nos salões da Igreja de Nossa Senhora D’Abadia; adeptos e espaço físico eram tudo o que precisavam para se fixar e expandir. Além dos fiéis, os que não tinham nenhuma convicção religiosa também agradeciam o espaço encontrado.

É consenso entre os entrevistados que a criação do PT foi acolhida por membros da Igreja Católica – em vez de líderes populares – porque participavam da CEB e não temiam o regime ditador. Na época, os militares ainda intimidavam e inibiam muitas pessoas de se posicionarem contra a ditadura, que caiu em 1985, com a chamada Nova República. Com uma população de trabalhadores analfabeta, era preciso buscar apoio de gente que tinha formação crítica e poder de conscientização para aplacar o medo de se filiar a um partido de oposição. Logo,

se a semente que o PT estava se propondo a lançar era inovadora, não poderia ser jogada em lugar que não tivesse as mesmas intenções. Recorremos àquela unidade religiosa até mesmo como pedido de socorro. Era urgente criar o partido, e não encontramos nenhum outro galho para segurar. (ENTREVISTADO D, 2011).

De certa forma, o PT parece ter associado seus objetivos com os propósitos da CEB, e talvez essa associação tenha sido o que levou os fundadores do partido a procurar o apoio da comunidade eclesial. Mais que um modo de evangelizar a classe popular, a CEB é maneira de ser da Igreja em meio ao povo, de reconhecer a todos como irmãos para fazê-los desenvolver a consciência crítica e desmistificar a realidade social. Isso fica patente nesta passagem do relato do entrevistado C (2011):

O evangelho ensina que o mundo querido por Deus é um mundo em que o que tem nele é de todos, e, quando não é, é porque alguns estão roubando dos demais. A fé confirmava que Deus está do lado do pobre. A vivência comunitária transmitia a confiança na força inquebrantável da ação em grupo. Foi essa a consciência política do pessoal. Era uma fé-política que superava barreiras levando pessoas a ser militantes.

Ainda segundo esse entrevistado, as CEBs “ajudavam as pessoas a começar a pensar por si” mediante

“frases repetidas constantemente pelos adeptos [...]; uma vez que a gente aprende a pensar, nunca mais para [...] e ninguém tira da gente [...] [essa] capacidade”. (entrevistado C, 2011).

Essa fala sugere que o método usado pelos adeptos das CEBs era a repetição, pressuposta, segundo Gramsci (1995), na ação do intelectual orgânico, que jamais deve se cansar de repetir as mesmas razões, embora tenha de modificar constantemente sua argumentação. Outra tarefa desse agente é trabalhar para que o intelectual orgânico surja no grupo a fim de compor a base e o fundamento deste.

No dizer dos entrevistados, as CEBs apoiavam a ação política, mas sofriam discriminação da ala conservadora da Igreja, representada em Ituiutaba

24. Optamos por identificar os entrevistados com letras para manter sua identidade em anonimato.

por duas igrejas, que reiteravam a perseguição do regime ditador e de seus aliados: a elite econômica que, dona dos meios de produção, sujeitava os adeptos das CEBs à demissão. Ainda conforme a maioria dos entrevistados, quem se filiava ao PT ou se candidatava a cargo político, mesmo ciente da improbabilidade de ser eleito, era rejeitado e criticado pela sociedade dominante e tido como comunista e antievangélico, “comedor de crianças”. Candidatos ou filiados ao PT eram malvistas pela sociedade local, ainda inconsciente das mudanças políticas, ainda com valores superados. Propagava-se a ideia de que, uma vez eleito, o político petista desapropriaria as casas de quem as possuía ou levaria quem não tinha onde morar para viver com quem tinha casa. À parte a demissão do trabalho e a rejeição e crítica da sociedade, essas pessoas sofriam perseguição policial que as deixava na iminência de serem presas e mesmo assassinadas.

Segundo Marx e Engels (1967, p. 47), sempre houve classes, que se agrupam em duas grandes categorias: a dominante e a dominada, das quais a primeira “substituiu a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e política, pela exploração aberta, única, direta e brutal”. Noutros termos, se as classes se mantêm, os tipos de opressão classista e as formas de luta mudam. Eis porque, aliada ao poder, a igreja conservadora se vale de leis favoráveis à classe dominante – porque são por ela elaboradas –, acentuando ainda mais a discriminação social à classe dominada.

A sociedade não se deu conta de que os trabalhadores não estavam com hipocrisia, e sim fazendo um trabalho verdadeiro e sério. Os ricos criticavam por achar que eles não fossem capazes; e os pobres não acreditavam

em si mesmos. (Entrevistado B, 2011).

Quando Marx e Engels falam dos partidos políticos, deixam claro que a única saída encontrada é o comunismo, por acreditar que as coisas só terão jeito se for via política. Por isso, acredita-se ser importante os movimentos populares se organizarem em torno de um partido político na tentativa de ser transparente e de consolidar um Estado democrático, reconhecendo e defendendo as necessidades de todos ou da maioria.

Para a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo (1981), o movimento popular e os partidos políticos são considerados instrumentos de luta em prol da libertação do povo. As associações de bairro e de profissionais, como lavadeiras e camelôs, os sindicatos, as centrais sindicais, o movimento do povo negro, de índios e das mulheres, a pastoral da terra e operária, as centrais de defesa dos direitos humanos, dentre outras organizações, exemplificam as iniciativas de luta do povo pelos seus direitos. Todas são importantes, mas não bastam: é preciso recorrer aos partidos políticos, como sugere o entrevistado B (2011): “só a luta sindical não era possível. A libertação precisa, também, da política partidária”. Representado pelo partido político, o povo pode atingir de maneira significativa a raiz do capitalismo e mudar a sociedade da qual faz parte²⁵.

Se, como afirma esse entrevistado, a libertação requer ação político-partidária para fazer valer a *força* do povo – do movimento popular –, a Teologia da Libertação defende a necessidade de uma política educacional – uma educação popular – que valorize o *saber* do povo: uma educação que conscientize e

25. Cabe salientar que “Houve grande resistência, até mesmo por parte dos bispos, quando a oportunidade se apresentou, em construir um Partido Católico no Brasil, coisa que teria sido possível. Com isso, os católicos passaram a expressar-se por meio do partido de oposição à ditadura e nele de preferência por meio das tendências ditas de esquerda. Foi assim até o surgimento do Partido dos Trabalhadores, que herdou a maior parte desses parasitismos, desses aparelhismos, embora não todos” (MARTINS, 2000, p. 272).

dignifique o oprimido ao libertá-lo da ignorância. Isso porque, segundo Leher (2007), a educação é a única força que escapa aos governos, que se sentem ameaçados quando percebem que o povo está bem informado, porque dominar uma comunidade intelectual dá trabalho. Como a educação em geral foi pensada por e para um grupo hegemônico, na condição de grupos não hegemônicos os movimentos sociais, os partidos socialistas e as CEBs priorizaram uma educação para as camadas da população não privilegiadas pela educação hegemônica. Com a educação popular, esses grupos buscavam a conscientização coletiva e a formação de figuras que pudessem exercer não a função de líder, mas a função de intelectual, conforme a vê Gramsci (1995), para quem todo homem é intelectual, mas nem todos têm ou usam seus conhecimentos para transformar. Assim, todo o grupo vai formar seus próprios “intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1995, p. 7).

Muitas vezes, esse tipo de intelectual não é alfabetizado, mas tem clareza de sua consciência política transformadora, enquanto o intelectual tradicional tem consciência de que sabe, mas não contribui para transformar a realidade. Ainda assim, segundo os entrevistados, a CEB de Ituiutaba contava com membros que moravam na parte central da cidade e tinham até formação acadêmica, a exemplo de professores, padres, bancários, escriturários e pequenos comerciantes. Eles reconheciam que todos tinham direito à cultura e a viver dignamente, por isso faziam suas denúncias usando a arma de que dispunham. Esta passagem do relato do entrevistado A (2011) apresenta o dom da ação desses participantes:

Com as reuniões e reflexões, fomos descobrindo

os dons de cada um e colocamos a serviço da comunidade. Aprendemos a criticar também tudo que estava errado dentro e fora da comunidade. Tentávamos consertar os erros, mas lá fora, ainda receosos do SNI²⁶, [por isso] as críticas eram feitas aos opressores de forma mais sutil, através de um canto, de uma reunião, de passeatas etc. Todos os participantes da comunidade tinham voz e vez nas decisões, todos davam sua opinião, ninguém ficava calado. Questionavam, criticavam, apoiavam, contrariavam tudo, a fim de encontrar uma solução para o bem da comunidade.

Os entrevistados afirmam que muitos desses membros da comunidade sofreram os efeitos da repressão, que foi a “primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 1964” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 36). A ação repressiva buscava atingir a liderança do movimento, mas falhava porque não reconhecia que o líder era um coletivo de pessoas. O líder não era palpável: estava inserido na subjetividade do grupo todo.

Com efeito, a comunidade procurava viver com base numa ação coletiva. Tal ação se traduzia, por exemplo, na partilha de forças do mutirão para erguer casas a quem não tinha ou consertar as que estavam danificadas; no cultivo de alimentos na roça comunitária, cujos frutos eram repartidos com quem precisava; no ensino sobre o plantio de hortas caseiras e na busca de adubo orgânico (esterco) em fazendas próximas para suprir parte das necessidades alimentares e repartir o pouco com quem nada tinha.

Havia agrônomos para acompanhar o plantio e doar sementes. Havia padres para relacionar o momento vivido com a busca do equilíbrio com a natureza para viver melhor. Havia mulheres que faziam e ensinavam a fazer farinhas alternativas para nutrir crianças de famílias mais necessitadas. Havia momentos de descontração, como as reuniões para celebrar a religiosidade e a cultura popular, tais como a folia de Santos Reis, a festa de Santa Luzia e

26. Serviço Nacional de Informação, isto é, órgão de inteligência e repressão criado no regime militar e que informava o governo tudo o que acontecia no país. Foi extinto em 1990.

as festas juninas, dentre outros. Havia também reuniões para celebrar datas cívicas como o 1º de Maio. O entrevistado A (2011) diz que, em certa ocasião, decidiram comemorar a data no pátio da Igreja de Nossa Senhora D'Abadia:

Convidamos os trabalhadores e o povo em geral. Vieram muitas pessoas. Enquanto nós comemorávamos o "dia do trabalhador", muitos outros foram comemorar o Dia do Trabalho, se alienando cada vez mais com os eventos que o sistema promovia para não deixar o povo pensar. Então fizemos do "dia do trabalhador" um dia de denúncia, através de dramatizações e encenações. Na celebração foram cantados cantos de libertação e palestras e reuniões em grupos para que todos tivessem a oportunidade de se manifestarem e dizer como viam a situação do Brasil. Antes de encerrar, fizemos a avaliação da manifestação, e todos acharam que o resultado foi positivo. A manifestação foi encerrada logo após termos rezado por muitos que foram mortos, vítimas do sistema. Rezamos, também, por aqueles trabalhadores que foram mortos naquele Primeiro de Maio há muitos anos atrás porque queriam diminuir a jornada de trabalho.

Segundo os entrevistados, a princípio, as reuniões eram semanais e aconteciam na casa de membros da comunidade, depois, à medida que o grupo crescia, desmembrava-se em novos grupos. As reuniões aconteciam no prédio denominado Salão das Irmãs, pois era necessário reunir todos para tomar decisões

de mais impacto para a comunidade. Nos grupos, os encontros se baseavam na leitura da Bíblia sempre relacionada com a realidade vivida. No dizer dos entrevistados, todos tinham liberdade para se expressar, falavam tanto pessoas que tinham formação acadêmica quanto aquelas cuja formação advinha da experiência, da prática, tais como pessoas de mais idade, crianças, mulheres, sem-teto etc.; pessoas que davam seu testemunho de vida. Era este o meio encontrado para expor o que acontecia, de maneira que todos pudessem saber das necessidades uns dos outros.

Havia momentos em que era preciso participar de encontros nacionais, então, uma pessoa era escolhida para representar a comunidade e trazer novidades para os grupos. A viagem para tais encontros não acontecia sem vicissitudes, como fome, frio e sede, pois não tinham condições financeiras. As novidades trazidas incluíam, por exemplo, cartilhas (Figura 1) para serem estudadas com todos os participantes e cujo conteúdo era basicamente composto por assuntos que denunciavam a opressão à classe popular, numa tentativa de oferecer subsídios à conscientização de que eram sujeitos de direitos. Tais cartilhas funcionavam como estímulo para que a comunidade produzisse seus materiais didáticos, a exemplo de livros de cantos e novenas (Figura 2) com temas relacionados à realidade vivida.

Figura 1 – Capa de cartilha produzida por comunidade da Arquidiocese (do Estado) de São Paulo²⁷.



Fonte: Acervo dos autores (2014).

Figura 2 – Capa de livro de canto produzido por membros dos movimentos ligados à CEB de Ituiutaba²⁸.



Fonte: Acervo dos autores (2014).

27. O desenho sombreado que ilustra a capa sugere o foco na família (vide a representação de homem, mulher e criança, isto é, pai, mãe e filho), assim como de comunhão (pois são representados de mãos dadas). O nome da publicação, assim como o texto que corre na parte inferior, dá o tom da linha editorial da cartilha: lutar contra a violência que afeta as camadas pobres da população; isto é, denunciar a opressão contra a classe popular e subsidiar a reflexão para conscientização de que o público-alvo da cartilha tinha direitos. O fato de ser o número 3 sugere que havia continuidade da publicação.

28. Se o desenho e o título manuscrito dão pistas das condições artesanais de produção dessa publicação, também deixam entrever que quem a produzia tinha consciência de seu público-alvo ao representar pessoas empunhando enxadas e desbastando o mato, talvez como atividade de subsistência que parece aludir à origem campesina de muitos membros da comunidade e mais que isso, sugerem um senso de coletividade ao representar três pessoas em ação.

Considerações finais

Ao considerarmos a população brasileira nos anos 1970, de 90 milhões de habitantes, com quase 92% dessa população se declarando católica, e que as CEBs eram compostas por 4 milhões de adeptos, vê-se que eram uma parte pequena – aquela tida como progressista –, porém de grande atuação e que, de fato, optou por defender a classe pobre.

Vê-se ainda que a Igreja também dividiu-se em “classes”, isto é, comunidades que se formaram segundo o princípio (marxista) de que mudar a sociedade supõe se organizar, pois a organização das classes e a luta empreendida por elas pode levar à formação de uma sociedade igualitária, o que se aproximava dos ideais das CEBs.

Com efeito, este estudo nos permitiu reconhecer que as CEBs contribuíram para a formação de uma consciência crítica entre as pessoas que se envolveram com essa comunidade em Ituiutaba entre os anos 1960 e 1980. Tal consciência se mostra no engajamento na luta popular em prol de condições mais dignas de

vida, de formação educacional e de respeito aos direitos que a cidadania assegura ao cidadão. A contribuição fica patente na existência de uma ala do PT e de movimentos populares no município, existência essa mediada por membros das CEBs que não temeram a punição da igreja conservadora nem de governantes alinhados ao regime militar. A luta militante do PT e das CEBs, entre as décadas de 1960 e 1980, proporcionou a conscientização sobre a divisão da renda, a luta de classes, a visão de que o sujeito constrói sua história e sobre a luta contra ideologias que pregam o individualismo e a ineficácia da união para mudar a realidade.

Surgidos da vontade do povo, essas duas organizações se propuseram a negar toda forma de opressão e acreditaram que a coletividade pode mudar o percurso da história. Assim, assumimos a convicção de que depende, também, de nós professores a formação e a conscientização de pessoas, o que exige posicionamento para que possamos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e digna.

Referências

BERRYMAN, P.; HOGAN, J. P. Liberation theology. **New catholic encyclopedia**. 2. ed. Farmington Hills: Gale Group, p. 545-549, jan. 2003.

BOFF, L. **Igreja**: carisma e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOFF, L. **Novas fronteiras da Igreja**: o futuro de um povo a caminho. Campinas: Verus, 2004.

CARVALHO, C. H. Estado e Igreja Católica no Brasil e em Portugal: tensões no campo educacional (1940-1960). **Alpha**, Patos de Minas, v. 11, p. 9-21, ago. 2010.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO. **Fé e política**: povo de Deus e participação política. Petrópolis: Vozes, 1981.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. **Coleção fé e vida**: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação. Duque de Caxias: Loyola, 1989. v. 3.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. **Coleção fé e vida**: os encontros interclesiais de CEBs de Vitória a Duque de Caxias. São Paulo: Loyola, 1989. v. 8.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documentos da CNBB n. 40.** Comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura. São Paulo: Paulinas, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documentos da CNBB n. 25.** Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil. Brasília: Paulinas, 1982.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **Conclusões de Medellín.** 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1987. v. 2.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. 3. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina.** 10. ed. Puebla: Conclusões; São Paulo: Loyola, 1982.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação.** 11. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

CURY, C. R. **A ideologia católica.** In: _____. Ideologia e educação brasileira. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ENTREVISTADO A. [jul. 2011] . Entrevistadora: Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos. Ituiutaba, 2011. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

ENTREVISTADO B. [jul. 2011] . Entrevistadora: Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos. Ituiutaba, 2011. 1 arquivo .mp3 (20 min.).

ENTREVISTADO C. [jul. 2011] . Entrevistador:a Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos. Ituiutaba, 2011. 1 arquivo .mp3 (15 min.).

ENTREVISTADO D. [jul. 2011] . Entrevistadora: Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos. Ituiutaba, 2011. 1 arquivo .mp3 (20 min.).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEANEY, D. J. Catholic Action. **New catholic encyclopedia.** 2. ed. Farmington Hills: Gale Group, p. 275-277, 2003.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 9. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamentos de 1950 a 2000.** Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LEHER, R. Educação popular com estratégia política. In: JEZINE, E. et al. **Educação e movimentos sociais:** novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

LEVY, C. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. **Relig. Soc.,** v. 29, n. 2, p. 177-197, 2009.

LOURO, G. L. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em aberto**: ensino de história, Ano IX, n. 47, 1990.

MARTINS, J. S. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: LASKI, H. J. **O Manifesto comunista de 1848**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

MURARO, V. F. **Juventude Operária Católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História).

PACHECO, S. B. N. **Colégio São José**: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba-MG (1940–1971). 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PREFEITURA DE ITUIUTABA/MG. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **2001- Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba: EGIL, 2001.

RIBEIRO, B. O. L.; SILVA, L. A. A.; QUILLICI NETO, A. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba – anos 1940. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, p. 74–93, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3766/3182>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**: 1930-1973. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANFELICE, J. L. O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542–557, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, N. Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>. Acesso em: 9 jun. 2015.

TRISCO, R. F.; KOMONCHAK, J. A. Vatican Council II. In: **New catholic encyclopedia**. Farmington Hills: Gale Group, 2003.

Submetido em 9 de setembro de 2014.

Aprovado em 22 de janeiro de 2015.